

# **Capital Social, Fatores Institucionais e Custos de Transação No Crescimento Econômico: Cenários Para Países e Estados do Brasil**

**Ronaldo A. Arraes**

## **Resumo:**

*O objetivo deste trabalho é verificar empiricamente que variáveis Institucionais contribuíram para elevar o nível de PIB per capita. Muito embora seja inequívoca a contribuição de variáveis macroeconômicas tradicionais, como o estabelecimento de políticas monetária e fiscal para explicar os desequilíbrios econômicos, deve-se levar em conta também à influência que variáveis sociais e institucionais tiveram sobre aquelas para melhor explicar o surgimento de tais desequilíbrios. A hipótese que dá sustentação aos testes realizados é a de que capital social e variáveis Institucionais como qualidade da burocracia, regra de lei; corrupção; liberdades civis; risco de conflito externo; etc. poderiam ter ajudado ou dificultado o processo de crescimento econômico. Nesse sentido, duas análises empíricas foram conduzidas. Uma, relaciona países, e a outra os estados brasileiros. Tendo como base metodológica modelos econométricos, comprovou-se empiricamente que é incontestável a influência que o capital social e fatores institucionais exercem sobre os custos de transação afetando sobremaneira a ordem social e, por conseguinte, o processo de crescimento econômico.*

**Área temática:** *Custos da Responsabilidade Social*

**CAPITAL SOCIAL, FATORES INSTITUCIONAIS E CUSTOS DE TRANSAÇÃO  
NO CRESCIMENTO ECONÔMICO: CENÁRIOS PARA PAÍSES E ESTADOS DO  
BRASIL**

IX Congresso Brasileiro de Custos – São Paulo, SP, Brasil, 13 a 15 de outubro de 2002

**TRABALHO : 030**

**Resumo**

O objetivo deste trabalho é verificar empiricamente que variáveis Institucionais contribuíram para elevar o nível de PIB per capita. Muito embora seja inequívoca a contribuição de variáveis macroeconômicas tradicionais, como o estabelecimento de políticas monetária e fiscal para explicar os desequilíbrios econômicos, deve-se levar em conta também à influência que variáveis sociais e institucionais tiveram sobre aquelas para melhor explicar o surgimento de tais desequilíbrios. A hipótese que dá sustentação aos testes realizados é a de que capital social e variáveis Institucionais como qualidade da burocracia, regra de lei; corrupção; liberdades civis; risco de conflito externo; etc. poderiam ter ajudado ou dificultado o processo de crescimento econômico. Nesse sentido, duas análises empíricas foram conduzidas. Uma, relaciona países, e a outra os estados brasileiros. Tendo como base metodológica modelos econométricos, comprovou-se empiricamente que é incontestável a influência que o capital social e fatores institucionais exercem sobre os custos de transação afetando sobremaneira a ordem social e, por conseguinte, o processo de crescimento econômico.

Palavras chave: Capital Social, Fatores Institucionais, Custos de Transação, Crescimento.

Área Temática: (3) Custos da Responsabilidade Social

**1. Introdução**

Atualmente são discutidas as explicações institucionais para o atraso econômico de países e regiões. Países com melhores instituições e capital social, maior segurança de propriedade, menores distorções políticas, vontade em investir em capital físico e humano e investir em fatores mais eficientes para alcançar um maior nível de renda, como conseqüências reduzem custos de transações e assim contribuem para o crescimento econômico. Muitos cientistas sociais acreditam que diferenças institucionais e políticas governamentais estão na raiz de grandes diferenças de renda per capita entre países. Ainda está se solidificando o consenso de como instituições e as atitudes dos governos, no que se refere à confiança que o governo transmite a nação, podem influenciar no progresso econômico. Porém, é idéia sólida que países ou regiões dotados de um maior nível de capital social possuem elevados níveis de responsabilidade social e econômica.

O fortalecimento das instituições e os direitos de propriedade são dependentes diretos do desempenho econômico, pois a estrutura institucional afeta a escolha dos indivíduos ao influenciar a disponibilidade de informação e de recursos e ao estabelecer incentivos e regras básicas, relativas às transações sociais. E neste sentido Moraes (2000) defende que as instituições regulam a eficiência organizacional de atividades econômicas, através de melhor fluxo de informações, custos mais baixos de transações e externalidades positivas contribuem para um melhor desempenho econômico. Já para Collier (1998), o modo mais fácil de endogenizar capital social é explicar isto em termos dos custos de integração social, os quais refletem as penalidades políticas contra sua formação, custos de transação e os custos financeiros de comunicação.

A ineficiência, das instituições políticas e econômicas de uma economia de mercado complexa restringe severamente a acumulação de capital físico e humano e o progresso técnico. O entrave ao desenvolvimento dos países pobres residiria na carência de uma malha institucional eficiente, o chamado social capital (Coleman, 1990). Por outro lado, existem economias que, outrora dinâmicas e possuidoras de instituições que favoreciam o desenvolvimento, entraram em um processo de degeneração institucional que estagnou a atividade econômica.

Assim, a hipótese principal deste trabalho é que elementos institucionais ditam o grau de responsabilidade social, daí serem importantes para explicar as diferenças na trajetória de crescimento entre regiões ou entre países. Estes podem ser fontes de superação do atual estágio de países e regiões pobres, em uma dimensão mais ampla da sociedade a capacidade de cooperação dos indivíduos; confiança e participação cívica associada a boas instituições são os elementos que constituem o capital social. O objetivo do trabalho centra-se na investigação de como o capital social e fatores institucionais aumentam a eficiência da sociedade e afetam a performance de economias mundiais selecionadas e estados brasileiros, bem como suas trajetórias de crescimento. Algumas simulações serão conduzidas para se verificar as possíveis mudanças que poderiam ocorrer nessas trajetórias de crescimento das economias analisadas.

## 2. Capital Social e Desenvolvimento

Atualmente na literatura econômica tem ressaltado a importância do capital social, na medida em que os cidadãos estão dispostos a cooperar entre si através de relações de confiança interpessoal e na eficiência das instituições para o desempenho econômico das sociedades contemporâneas. Os mecanismos pelos quais valores cívicos influenciam o desempenho socioeconômico são vários: os níveis de confiança existentes em uma sociedade servem para reduzir custos de transação nas economias de mercado o que facilita as relações econômicas e sociais.

A cooperação para o desenvolvimento<sup>2</sup> pode também postular, na atualidade, a responsabilidade por contribuições sociais para uma ampla gama de fatores importantes para o desenvolvimento sustentável, que são menos quantificáveis. Esses fatores abrangem desde a melhoria da capacidade para administrar políticas econômicas e sociais até a crescente atenção dada a temas como a responsabilidade perante o público, a obediência à lei, o respeito aos direitos humanos, o aumento da participação, a acumulação de capital social e a preocupação com a sustentabilidade ambiental. Esses aspectos do desenvolvimento, mais complexos que alguns dos desafios anteriores, são componentes básicos da cooperação internacional na atualidade [OECD, 1996, p.8].

Para a economia convencional os elementos que constitui o crescimento econômico são os investimentos em máquinas e equipamentos; infra-estrutura; tecnologia; educação e preparação técnica da mão de obra adicionada a eficiência das políticas públicas (fiscal e monetária). A questão que se coloca e que firmas podem possuir sistemas de centrais telefônicas e ar condicionado, departamento de contabilidade, recursos físicos e humanos semelhantes e ainda assim ter diferentes produtividades (no nível micro) e algumas comunidades, regiões ou países possuem dotações semelhantes de capital físico, humano, tecnologia e atuação do governo (no nível Macro) e ainda assim possuem taxas de crescimento bem diferentes. E o que todo mundo tem nunca pode constituir uma vantagem. Isto torna necessária a busca de outras fontes que possam explicar o crescimento econômico.

Capital social seria a cola ou elo de ligação entre estes fatores, é o elo invisível que mantém a coesão social e é um facilitador das transações da economia. Segundo o Banco Mundial (2001), As organizações da sociedade civil e o Estado podem lançar os alicerces institucionais para que os grupos cooperem com vistas ao bem comum. As instituições precisam ser participativas, idôneas e responsáveis, de tal forma que a população possa ver os benefícios da cooperação. Tais instituições devem estar ancoradas em sistemas constitucionais e jurídicos e em sistemas políticos representativos, permitindo que grupos defendam seus interesses por outros mecanismos que não a violência.

<sup>2</sup> O Desenvolvimento Econômico significa o processo pelo qual os países subdesenvolvidos eliminam a distancia que os separam dos países de capitalismo avançado. Neste sentido, esta diferencia-se de outra aceção do termo, na qual o desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, significando o aumento percentual do produto nacional mais rápido que o aumento percentual da população. A primeira aceção é preferida pelos economistas que diferenciam o esforço empreendido pelos países subdesenvolvidos para eliminar o seu atraso do processo de crescimento gradual das economias modernas.

Grotaert (1997) identifica que países com dons semelhantes de capital natural, físico e humano alcançaram níveis muito diferentes de desempenho econômico. Assim tem regiões ou cidades dentro de países, e até comunidades dentro de regiões ou cidades. Eis quatro casos identificados por ele que exibem um aspecto de capital social para crescimento econômico.

Caso 1: as altas taxas de crescimento econômico dos tigres asiáticos, relativos a outras partes do mundo, só pode ser explicado em parte através de fatores convencionais como investimentos em capital humano; capital físico e tecnologia. Políticas governamentais contanto um ambiente habilitando, caracterizou através de arranjos institucionais e desígnios organizacionais que aumentaram eficiência, troca de informação, e cooperação entre o governo e indústria;

Caso 2: Em um estudo de Itália, Putnam (1996) discutiu que a densidade mais alta de associações entre pessoas na Itália do norte explica o sucesso econômico da região relativo a Itália meridional onde tais associações são menos frequentes;

Caso 3: Depois do outono de 1991 a desordem civil e governamental prevalecia na Somália a renda caiu em todo o país. Uma exceção era a cidade de porto de Boosaaso, em que, um conselho de anciões com o apoio das pessoas locais organizou uma força de segurança que permitiu o florescimento do Comércio, e com isso as rendas melhoraram.

Caso 4: Em Gujarat, Índia, confrontações violentas entre as comunidades locais e governo, conduziam a estagnação econômica. Depois que as comunidades foram mobilizadas e uma administração comum foi instituída, os conflitos recuaram e a produtividade e rendas da aldeia subiram.

E no Brasil - Caso 5: No Rio Grande do Sul Monastério (2001) identificou que região norte do estado as taxas de crescimento maiores são acompanhadas de uma participação cívica maior em relação à parte sul do estado. Um estudo semelhante elaborado por Blanco (2001 a; 2001b) analisa a participação cívica nas eleições para governadores e seus efeitos sobre as despesas estaduais com conseqüências diretas para o desenvolvimento.

Capital social é primeiro um subconjunto de processos que geram externalidades, isto é, efeitos que são gerados através de integração social.

A definição de capital social divide confiança em dois lados de uma mesma moeda: Cara ou Coroa como em um evento do tipo binário. Fukuyama (1995) trata isto como uma variável de 'Cara' e explica transações de custos; Putnam (1996) trata como uma variável de 'Coroa', explicada por integração social.

Assim confiança é uma variável de intermédio, produz integração social e produz uma redução em custos de transações, mas sua durabilidade dá-lhe a propriedade de capital: A variável "Coroa" (confiança explicada pela integração social) pode ser pensada como um bem que a sociedade utiliza seus investimentos individuais em conhecimento. Um bem para estes investimentos individuais é a ação de educação. Conseqüentemente, deveria haver algum significado entre integração social e a ação de educação, em uma regressão de crescimento.

A variável "Cara" - confiança obtida nas transações entre agentes - pode ser reduzida como um apoio à ação coletiva que facilita as transações entre os agentes, ou seja, liberdades civis, fragmentação etno-lingüística e tribunais eficientes.

Considerando capital social como endógeno, será nos custos, a informação essencial, que são encontradas as diferentes formas de integração social. Os custos de copiar são os custos de observação; os custos de agrupar são os custos de comunicação.

A importância de conhecimento que é compartilhado por interação social depende de quanto conhecimento é compartilhado, e na disponibilidade de mecanismos de substituição como internet e o sistema educacional formal. Considerando que agrupar requer diversidade, e copiar requer que os agentes na cadeia conheçam uns aos outros.

Em efeito, instituições gradualmente resolvem os problemas por externalidades do capital social. Na África, por exemplo, onde firmas e governos são fracos, e os custos de transações são altos, há maior necessidade de coordenação por integração social que em outro lugar.

O oportunismo pode ser anulado por confiança, reputação, normas e sanção social. O último destes requer um tipo diferente de capital social (governo por exemplo). Confiança, nesta análise, é gerada por repetidas transações (Imagine o comprador que promete e o vendedor confia na promessa). A reputação desta relação é algo que circula na comunidade empresarial. Assim D aprende que ambos A e B têm confiança nas relações com C. Isto dá para C uma reputação com D que confia nisto para fazer uma transação com C, apesar de não ter uma relação de confiança com C. Também pode haver uma norma de confiança em uma sociedade que reduza o oportunismo.

A definição mais larga de capital social inclui o governo. Isto é consistente com a contribuição do governo para renda em que são alcançados benefícios fora do mercado que são duráveis porque o governo é durável. Liberdades civis mostram que a ação coletiva trabalha para melhorar o desempenho do setor público.

De forma geral, ação coletiva é facilitada através da confiança, pois o custo capital social do governo é uma função da ação do capital social da sociedade civil. Assim, pode-se instrumentar capital social da sociedade civil por seus custos (gastos), onde, então, capital social governamental deveria ser uma função disto.

A geração de conhecimento por capital social civil depende de copiar e agrupar. Novamente é necessário o uso das variáveis “Coroa” e “Cara”, no conhecimento e na integração social que induz isto.

A variável “Coroa” (confiança explicada pela integração social) pode ser pensada como um bem que a sociedade utiliza seus investimentos individuais em conhecimento. Um bem para estes investimentos individuais é a ação de educação. Conseqüentemente, deveria haver algum significado entre integração social e a ação de educação, em uma análise de crescimento.

A variável “Cara” (confiança obtida nas transações entre agentes) pode ser reduzida como um apoio à ação coletiva que facilita as transações entre os agentes, ou seja, liberdades civis, fragmentação etno-lingüístico e tribunais eficientes.

Como a ação coletiva de sociedade civil melhora a eficiência de despesa pública, conseqüentemente, na regressão de crescimento, deve haver um efeito de interação significativa entre despesa pública e a capacidade da sociedade civil para organizar a ação coletiva.

Confiança também é valiosa reduzindo oportunismo, e isto também melhorará desempenho de setor público. Conseqüentemente, a combinação da capacidade para ação coletiva e uma redução do oportunismo (corrupção) melhora a eficiência de despesa pública.

### **3. Análise Empírico-Metodológica**

#### **3.1. Base de Dados**

Para o cumprimento do objetivo central, foram direcionados esforços no sentido de coletar e agrupar para os países e estados brasileiros, variáveis qualitativamente satisfatórias e capazes de guardar o máximo possível de analogia em relação às utilizadas nas análises cross-sections para países. Os dados para esta seção empírica são obtidos combinando alguns bancos de dados distintos.

##### Para os Países:

O primeiro é o Penn World Table 5.6 de Summers e Heston (1995) que é um conjunto de séries temporais econômico-nacionais que cobre um grande número de países nos quais são denominadas variáveis em um arranjo comum de preços e moedas correntes que serviram para definir PIB per capita em preços constantes de dólar (PIBC); Gastos do Governo em relação ao PIB(G); Investimentos (considerados como a atuação do capital em equipamentos de transportes; construções residenciais, não residenciais e outras construções e produtos duráveis em relação ao PIB) (I). Isto torna possível comparar reais quantidades diretamente sem os problemas que podem acontecer com dados de contas nacionais diferentes.

O segundo banco de dados é a pesquisa de Valores Mundial de 45 países levada a efeito, entre 1981 e 1990, pela ICPSR – Inter-University Consortium for Political And Social Research (ICPSR; 2001), de onde é extraída a variável de capital social (S) de Knack e Keefer, como o índice de participação cívica e confiança medido pelas atitudes das pessoas, medida em uma escala de 1(Nunca justificável) para 10 (Sempre justificável), como registrou na pesquisa, seguindo a relação à postura das pessoas frente a situações do tipo: (a) reivindicações de benefícios governamentais para os quais não se é o titular; (b) evitar o pagamento de tarifas ao utilizar transporte público; (c) uso de meios escusos para evitar o pagamento de impostos e taxas devidas; (d) disposição em manter um objeto alheio “achado” acidentalmente; e (e) deixar de comunicar ao proprietário de um veículo o dano causado acidentalmente ao seu veículo que estava estacionado. Medida através de pesquisas de opinião de amostras entre 9 mil e 15 mil pessoas em 45 países.

O terceiro banco de dados é oriundo de Easterly (1999); Os dados estão no formato de Loto, e divididos em 2 partes: data1 e data2, com dois arquivos de description, : descr1 e descr2. Este banco de dados inclui 95 variáveis para mais de 100 países, cobrindo o período 1960-90; Neles estão contidas diversas variáveis institucionais definidas na Tabela 6.1.; Capital Humano (H), calculado como os anos de instrução média na população total acima dos 25 anos de idade (exceções para México e Noruega onde foi usada a média de instrução para pessoas acima dos 26 anos de idade); e o índice de Gini (GINI) para distribuição de renda.

Quadro1. Fonte das Variáveis Explicativas para Capital Social

Para Países	Variável	Descrição	Fonte
Confiança e Civismo	S	Índice (1-100) Onde os maiores valores representam uma justificativa	ICPSR (2001)
Qualidade Burocrática	BUR	Índice (1-6) onde os maiores valores representam menos burocracia	Easterly (1999)
Regra à Lei	RLEI	Índice (1-6) onde os maiores valores representam maior coesão perante a lei	Idem
Corrupção	CORR	Índice (1-6) onde os maiores valores representam menores níveis de corrupção	Idem
Direitos Políticos	DPOL	Índice (1-7) onde os maiores valores representam direitos políticos reduzidos	Idem
Militares na Política	MPOL	Índice (0-6) onde os maiores valores representam menor a participação militar no governo	Idem
Liberdade Civil	CLIB	Índice (1-7) onde os maiores valores representam liberdades civis reduzidas	Idem
Terrorismo político	TPOL	Índice (0-6) onde os menores valores representam maior risco de terrorismo	Idem
Risco de guerra civil	RG	Índice (0-6) onde os menores valores representam maior risco de guerra civil	Idem
Tensões étnicas	TR	Índice (0-6) onde os menores valores representam conflitos étnicos	Idem
<b>Para Estados</b>			
Abstenção Eleitoral	S'	Abstenções nas eleições estaduais do Brasil.	IUPERJ (2001)

Para os Estados Brasileiros:

O primeiro é o Anuário Estatístico do Brasil – IBGE (2001) e exceção para os dados de 1990 obtidos em Ahmad (2001), com dados sobre o PIB per capita medidos em dólares preço paridade consumo pelo world development report; Investimentos (I) que será

definido pelo consumo de energia elétrica não residencial percentual, ou seja, consumo de energia geral menos consumo residencial dividido pelo consumo em geral (IBGE ou no site do ministério das minas e energias - MME(2001);

O segundo é o Instituto Universitário de Pesquisas do estado do Rio de Janeiro - IUPERJ (2001) ou no site do Supremo Tribunal Eleitoral - STE (2001) que definiu as variáveis para abstenção (S') nas eleições estaduais;

Em terceiro vem o indicador de educação do PNUD (H), medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior, do PNUD (2000) e IPEA (2001). Finalmente, Índice de Gini (GINI) e Despesas Primárias Estaduais per capita a preços constantes de 1999(G), extraídos de Blanco (2001), ou no site do Ministério da fazenda que dispõe sobre informações de despesas estaduais (2001).

É sugerido que capital social seja sinônimo de níveis de confiança, participação cívica e qualidade institucional em uma determinada sociedade. A variável capital social foi então definida através do índice de participação cívica e confiança de Knack e Keefer (1997), e será incorporada a um sistema de equações simultâneas para os países considerados. E para os estados, tal variável será definida pelo índice de abstenção em eleições uma vez que, a participação da população no processo político reduz a chance de ter um eleitorado cativo e faz com que a adoção de políticas publica seja mais imune ao ativismo de grupos de interesse, desestimulando comportamentos do tipo *rent-seeking* (Blanco; 2001a), o que permite comparar civismo e confiança institucional nos estados.

Segundo Blanco (2001a), “pode-se esperar ineficiência em estruturas políticas com um elevado grau de fragmentação política, onde comportamentos do tipo “pork barril” ou “logrolling” permitem que grupos de interesse exerçam influência sobre a alocação de recursos públicos locais em prejuízo da maioria. Baixa participação da comunidade local pode gerar uma maior vulnerabilidade das esferas inferiores de governo à influência das elites regionais, a comportamentos rent seeking ou simplesmente a própria corrupção. Assim, se as esferas inferiores de governo são mais vulneráveis, as chances de captura das estruturas públicas sub-nacionais por parte de grupos de interesse constitui um contra argumento forte à maior eficiência da política das unidades descentralizadas”.

### 3.2. Metodologia

Variáveis político-institucionais vêm sendo inseridas recentemente por diversos estudos econométricos através de estimações em cross-country a fim de fornecer novas abordagens sobre o diferencial do nível de crescimento entre nações. Dentro dessa linha de investigação pode-se discriminar o capital social como uma nova variável explicativa que incorpora as instituições de uma sociedade. Será utilizado um painel de dados com dois períodos para 26 países (1980, 1990), e com três períodos para 20 estados do Brasil (1990,1994,1998). Devido à disponibilidade de dados para a variável Capital Humano se utilizou informações de 1991 ao invés de 1990 e 1995 ao invés de 1994. Pela mesma razão, gastos primários per capita foram usados dados de 1995 ao invés de 1994.

As especificações das variáveis de capital social a serem utilizadas neste estudo apresentam-se no quadro 1. Três critérios básicos foram considerados nas escolhas dos indicadores a serem utilizados nas estimações que melhor exprimam qualidade institucional dentro dos padrões que se ajustem e permitam proceder a simulações para o Brasil. O primeiro, é a verificação da não ambigüidade das variáveis com o nível de produto, sendo tal critério amplamente satisfeito pela verificação da existência de um único sentido de tal relação. O segundo critério concerne na necessidade de cada variável apresentar, sob algum aspecto, a natureza de um bem público. Por fim, o terceiro critério é estabelecido pela própria aceitação de tais indicadores como suficientemente capazes de refletir a realidade, pela literatura econômica especializada.

Duas observações fundamentais devem ser notadas como de essencial importância para a formulação do modelo econométrico. A primeira insere-se no fato de existir uma correlação elevada entre tais variáveis. O segundo ponto decorre da observância de elevada

correlação entre as variáveis institucionais e o PIB per capita. Existe um círculo virtuoso entre qualidade institucional e crescimento econômico de forma que boas instituições favorecem o crescimento e elevados níveis de renda incentivam a permanência de estabilidade política e de eficiência institucional.

A investigação dos efeitos do capital social sobre o crescimento econômico será realizada através um modelo econométrico de equações simultâneas, de forma a ser possível não apenas a verificação da relação entre capital social e crescimento, mas, fundamentalmente, das interações existentes entre capital social e renda per capita, captando assim os efeitos do círculo virtuoso entre tais variáveis, e das interações existentes entre as próprias variáveis. Possibilita-se, então, através deste modelo o teste da endogeneidade tanto do crescimento como do capital social conjuntamente.

A escolha do número de variáveis qualitativas para explicar capital social foi tomada a posterior através de um pré-teste, de onde se buscou maximizar a performance do modelo simultâneo através de testes estatísticos. Assim, as equações que visam explicar a qualidade institucional assumem a forma de equações de variáveis dependentes limitada do tipo Probit a serem determinadas conjuntamente. A forma estrutural do modelo que obteve melhor desempenho estatístico para fins de previsão é dada por:

Para países:

$$\begin{aligned} \text{PIBC} &= f_y (H, I, S, G, \text{GINI}, \text{COMP}, \text{CORR}). \\ S &= f_s (\text{PIBC}, H, \text{COMP}, \text{CORR}) \\ \text{CORR} &= f_c (\text{PIBC}, S, \text{BUR}, \text{LIB}) \end{aligned} \quad (1)$$

onde,

CORR é igual a “1” para valores maiores que 3<sup>5</sup>, e “0” caso contrário.

COMP=(RLEI+TPOL+RG+MPOL)

Para estados do Brasil:

$$\text{PIBC} = f_y (H, I, S, G, \text{GINI}). \quad (2)$$

As demais variáveis seguem como especificadas no quadro acima. Assim, a primeira equação consiste basicamente no modelo de crescimento endógeno com governo formulado por Barro (1990), cujas modificações implicam pela inserção da variável CORR (Corrupção); S (capital social para países) e S' (capital social para os estados do Brasil) e pela inserção da variável COMP [que representa um índice composto das variáveis: Regra de Lei (RLEI), Militares na Política (MPOL), Risco de guerra civil (RG), Terrorismo político (TP)]. Tais modificações visam, em parte, a própria identificação do modelo simultâneo. Entretanto, tais enxertos são amplamente justificados pela teoria, onde a implementação da variável corrupção (CORR) tende a linearizar o efeito da qualidade institucional sobre o crescimento evitando um resultado inconclusivo (Arraes e Telles, 2000).

Ao mesmo tempo, a inserção da variável S (capital social) é apoiada em resultados anteriores (Whitely, 2001) que demonstram que tal variável melhora consideravelmente o poder de explicação do modelo.

### 3.3. Resultados Empíricos

Os modelos de crescimento endógeno formulam que variações em políticas educacionais, fiscais e de comércio exterior, no grau de distribuição de renda concluem em efeitos permanentes sobre o produto per capita. Embora as estimações para os estados apresentem resultados inferiores aos encontrados para os países, a análise implementada demonstra claramente uma forte relação entre as variáveis explicativas e o comportamento do PIB per capita de longo-prazo, o que evidencia a veracidade da endogeneidade das variáveis institucionais.

Nesse sentido, foram realizados testes comparativos entre séries temporais, *cross-section* e *panel data*, com os dados disponíveis para os países e para os estados brasileiros, onde os resultados convergiram no sentido de ampla evidência estatística a favor do método

<sup>5</sup> Note-se que o valor 3 representa o ponto médio desta variável. (Ver tabela 4.1)

de *panel data*, para todas as regiões analisadas. Antes dos comentários acerca dos resultados, se faz mister lembrar que

- X Congresso Brasileiro de Custos – São Paulo, SP, Brasil, 13 a 15 de outubro de 2002
- a) Existe um número muito baixo de observações finais dada à dificuldade de se obtê-las, principalmente das variáveis independentes;
  - b) Outras variáveis institucionais que não apenas as utilizadas foram testadas, mas omitidas dos resultados porque não apresentaram elevada significância. Entre elas podemos citar: Índice de Direitos Políticos e o Índice de Fragmentação etno-lingüística (quanto maior o número apresentado, maior a fragmentação do país em grupos que preservam suas raízes culturais e lingüísticas);
  - c) Três equações compõem a tabela de resultados dos países porque as variáveis significativas não apresentaram uma significância conjunta para explicar a mudança de comportamento do PIB per capita.

### 3.3.1 Estimativas dos Modelos (1) e (2)

A tabela 1 apresenta os resultados do modelo estrutural (1) onde as equações foram estimadas, pelo método dos mínimos quadrados de dois estágios. O ajustamento satisfatório obtido nas três equações permite inferir algumas conclusões básicas, além de prover confiança e eficácia nas previsões e simulações daí decorrentes. Em primeiro lugar, confirma-se a endogeneidade do crescimento econômico em uma amostra de países com características econômicas heterogêneas. Em segundo lugar, há simultaneidade entre os fatores qualitativo-institucionais e na sua determinação do crescimento. Em terceiro lugar, o crescimento econômico é condição necessária para o aumento da eficiência institucional. Deve-se realçar que variáveis político-institucionais, como instabilidade política e regra de lei, são relevantes para determinar os fenômenos institucionais depois de incluídos, porém, insignificantes para explicar o crescimento. Algumas variáveis exógenas foram inseridas com o propósito de identificar o sistema de equações, não obstante relevantes como o tamanho do Governo (G). Assim, as tabelas 1 e 2 apresentam os resultados para os países e os estados brasileiros, respectivamente.

Os resultados apresentados pela tabela 1 corroboram a hipótese de que variáveis institucionais; distribuição de renda; Gastos do Governo; Investimentos; Capital humano; e Capital social. Todas as variáveis institucionais e para o capital social se mostraram muito significantes embora sejam variáveis intangíveis. Compõe-se de forma significativa na formação de vantagens comparativas para os níveis de produtividade entre os países.

As tabelas 1 e 2 apresentam um comportamento semelhante quanto aos coeficientes de acordo com expectativas teóricas que compõem as equações para países, e para os estados do Brasil. A fim de verificar as carências produtivas de cada país analisado e de cada estado do Nordeste utilizou-se o modelo especificado pela equação a fim de realizar simulações comparativas entre o país líder, no caso os Estados Unidos, ou, no caso dos estados, o estado líder, que se configura no Distrito Federal, e os demais países e estados, alcançando-se os resultados preditos pelas tabelas 3 e 4.

Tabela 1. Estimativas do Modelo (1) – Países.

Variáveis	Equações		
	PIBC	S	CORR
C	-2827,000 (3805,379)	11,51697 (8,027414)	-1,328715 (1,835391)
H	329,9786** (125,2539)	0,352575 (0,701558)	
I	30,14845 (61,59690)		
G	-78,00845 (73,12392)		
S	56,95319*** (32,34592)		-0,008337*** (0,027734)
GINI	-38,39024 (47,97844)		
CORR	2422,030 (960,3354)	1,088597* (5,271266)	
COMP	411,8552* (103,5943)		
BUR			0,344115* (0,299839)
LIB			-0,310239 (0,296520)
PIBC		0,001668*** (0,000745)	0,000177 (0,000127)
R <sup>2</sup>	0,83		

Notas: Os valores entre parênteses referem-se aos desvios padrão;

(\*) simboliza significância estatística de 1%

(\*\*) simboliza significância estatística de 5%

(\*\*\*) simboliza significância estatística de 10%

Tabela 2. Estimativas do Modelo (2) – Estados do Brasil.

Variáveis	Equação PIBC
C	-13436,24** (3,316513)
H	13,07367* (2035,302)
I	2,36E-06 (2,27E-05)
G	1,762834* (0,598858)
GINI	62,28813 (76,72688)
S	4,960207** (2,686073)
R <sup>2</sup>	0,58

Notas: Os valores entre parênteses referem-se aos desvios padrão;

(\*) simboliza significância estatística de 1%

(\*\*) simboliza significância estatística de 5%

### 3.3.2 Cenários e Simulações para os Modelos (1) e (2)

As segundas colunas das tabelas 3 e 4 apresentam a relação percentual existente entre o PIB per capita do país ou estado considerado e os Estados Unidos ou Distrito

Federal para os países ou estados respectivamente, enquanto as demais colunas estimam qual seria essa relação caso o país ou estado relacionado tivesse o estoque do fator listado igual ao do país ou estado líder. Como exemplo, considere-se o caso brasileiro, cujo PIB per capita, em 1990, significava 22,39% do PIB per capita americano. É importante, porém, ressaltar que alguns resultados refletem de forma convincente as carências e necessidades de cada país, o mesmo ocorrendo com os estados analisados.

Tabela 3. Simulações do PIB per capita dos Estados Brasileiros – 1998 - (%)

Estados	PIBC	Variáveis				
		I	GINI	H	S'	G
Distrito Federal	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Maranhão	10,24	143,34	96,83	77,90	200,00	10,72
Piauí	12,36	88,80	95,24	77,03	157,42	17,09
Ceará	20,38	107,45	98,41	79,63	150,32	20,95
R. G. do Norte	19,78	120,87	95,24	80,50	122,58	32,89
Paraíba	16,74	112,85	101,59	80,07	158,71	20,28
Pernambuco	24,98	108,26	95,24	82,56	165,16	27,02
Alagoas	17,38	134,77	100,00	85,59	181,94	15,25
Sergipe	22,74	127,83	98,41	85,48	139,35	40,30
Bahia	23,61	133,00	95,24	82,67	205,16	29,16
Minas Gerais	40,05	131,11	90,48	92,31	128,39	34,35
Espírito Santo	45,20	133,19	93,65	91,12	140,65	48,51
Rio de Janeiro	55,91	111,25	92,06	97,18	130,32	38,46
São Paulo	70,43	119,49	85,71	97,83	106,45	44,24
Paraná	47,49	121,58	90,48	95,12	136,13	39,59
Santa Catarina	48,75	124,79	84,13	98,16	105,16	29,87
R. G. do Sul	55,23	117,27	88,89	96,97	96,13	52,24
M. G. do Sul	38,88	108,16	85,71	92,52	133,55	38,25
Mato Grosso	32,03	94,60	92,06	94,15	187,10	39,38
Goiás	28,27	105,53	92,06	91,66	132,90	29,16

Nota: Valores mais baixos para H, I, G, dos estados em relação ao Distrito Federal implicam despesas mais baixas em relação a estas variáveis, enquanto o Índice de GINI é o contrário valores mais baixos representam uma distribuição melhor e para Abstenção (S') valores maiores implicam em baixa participação cívica .

Uma questão institucional que tem chamada atenção de pesquisadores atualmente é a corrupção, por tratar-se de um fator provocador de desequilíbrios e irresponsabilidade social. Optou-se por analisar corrupção de forma isolada no ambiente institucional por que casos que podem implicar existência de corrupção, por exemplo, como tem ocorrido recentemente, várias CPI's de corrupção no Congresso Nacional, é necessário observar as conseqüências políticas, sociais e econômicas deste tipo de ocorrência. Todavia, a corrupção tem conseqüências econômicas, além das políticas, relevantes. A corrupção também onera o crescimento econômico da região ao afugentar novos investimentos, ao criar incerteza quanto à apropriação dos direitos privados e sociais.

Em geral vem acompanhado de estruturas institucionais ineficientes, as quais diminuem a efetividade dos investimentos públicos e privados. Em países onde é generalizada a corrupção, de cada unidade monetária investida, boa parte é desperdiçada, o que implica um investimento, de fato, menor. O risco político e institucional é sempre levado em conta pelos investidores internacionais e domésticos. Quando esse risco é elevado, projetos de investimentos são adiados, ou até cancelados. Em casos extremos, a corrupção crônica leva países a crises políticas permanentes que acabam em golpes de estado ou em guerras civis.

Tabela 4. Simulações do PIB per capita dos Países – 1990 – (%)

Países	IX Congresso Brasileiro de Custos – São Paulo, SP, Brasil, 13 a 15 de outubro de 2002							
	PIBC	H	I	G	S	COMP	CORR	GINI
Eua	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Canadá	95,12	87,97	130,05	93,13	109,25	109,09	83,33	121,75
Noruega	82,54	81,34	104,93	128,24	134,80	109,09	83,33	128,55
Suécia	81,77	32,00	120,69	170,23	125,77	104,55	83,33	128,68
Dinamarca	77,04	87,65	104,93	154,96	123,35	109,09	83,33	127,85
Finlândia	77,87	80,52	162,07	120,61	125,99	109,09	83,33	157,79
Suíça	91,42	80,15	171,92	72,52	101,76	109,09	83,33	99,42
Áustria	70,32	56,35	130,05	96,95	70,04	109,09	100,00	117,59
Holanda	72,17	37,48	109,85	89,31	101,76	109,09	83,33	127,41
França	77,01	55,34	134,98	112,21	54,63	95,45	100,00	110,84
Reino Unido	73,21	73,37	91,13	124,43	97,80	90,91	100,00	114,86
Bélgica	73,29	77,64	122,66	83,97	66,52	104,55	100,00	137,78
Irlanda	51,37	31,81	113,79	90,08	88,55	100,00	100,00	95,52
Itália	69,17	67,94	121,67	88,55	57,93	95,45	125,00	131,29
Espanha	53,08	42,04	143,35	98,47	75,99	77,27	125,00	143,41
Portugal	41,42	88,08	80,30	170,23	47,14	86,36	100,00	107,88
Turquia	20,72	27,95	100,99	85,50	22,03	50,00	250,00	82,57
Austrália	80,01	86,88	117,73	98,47	105,29	109,09	100,00	89,06
Japão	79,38	53,25	190,64	58,78	89,87	100,00	100,00	106,16
Coréia do Sul	36,96	71,76	181,77	64,89	83,70	68,18	250,00	106,29
Índia	7,00	25,84	78,82	230,53	75,55	31,82	250,00	117,49
Argentina	26,07	56,64	56,65	29,77	59,47	72,73	125,00	78,08
Brasil	22,39	29,57	74,88	103,82	14,76	81,82	125,00	62,34
Chile	24,03	54,72	130,05	125,95	50,00	68,18	166,67	70,98
México	32,28	71,75	73,89	68,70	39,01	77,27	166,67	73,86
Nigéria	5,51	72,72	39,41	177,10	50,44	36,36	250,00	94,52

Nota: Valores mais baixos para H, I, dos países em relação aos Estados Unidos implicam despesas mais baixas em relação a estas variáveis, o Índice de GINI, COMP, S, com valores maiores representam uma distribuição melhor e em uma melhor qualidade institucional; para CORR valores maiores implicam em índices elevados de corrupção e para G nada se pode afirmar, pois as despesas de cada país devem considerar eficiência e qualidade das políticas públicas.

Nos últimos seis anos, no ranking de 90 nações, o Brasil passou da 36ª posição, em 1995, para a 46ª neste ano de 2001<sup>6</sup>. A cada ano, desde 1995, a corrupção vem aumentando no Brasil, com o país se distanciando cada vez mais e pulando do 36º para o 40º, 45º, 46º e 49º lugar como mostra a tabela 5. O Brasil vem se posicionando como um dos países mais corruptos da América do Sul, distante, Cabe ressaltar que a Argentina sofreu uma piora de na sua corrupção, pois tinha uma colocação de 30º em 1995 passou para 57º em 2001, num ranking de zero a 10.

Há evidências de que o grau de desenvolvimento institucional afeta negativamente ou positivamente a produtividade dos fatores econômicos, implicando a diminuição ou aumento da renda per capita de um país. Para o Brasil caso tivesse a qualidade institucional e o nível de capital social que vigoram em países Desenvolvidos como Canadá e países da Europa Setentrional - o país melhoraria seu nível de PIB per capita. No caso das economias desenvolvidas – como Canadá, Suíça, Dinamarca, Finlândia, Suécia, e Noruega, por exemplo – essa diferença percentual em relação ao Brasil é elevada ou pior, por exemplo, se o Brasil tivesse a qualidade institucional da Noruega o PIB do Brasil passaria de \$12.916,23 para \$23.335,55 dentro da simulação na tabela 6. Mas, no caso de economias

<sup>6</sup> - Ranking feito por empresários nacionais e internacionais, numa escala de zero (mais corrupção) a dez (menos corrupção). Este índice é composto de vários outros índices feitos por empresas de consultoria que analisam riscos políticos e econômicos para investidores internacionais. Em 1998, se usou um mínimo de três e um máximo de dez destes índices para compor o ranking da TI.

pobres ou em desenvolvimento, essa diferença é consideravelmente menor, ou melhor, uma vez que são também maiores as distâncias em termos de corrupção percebida e de qualidade institucional, exceção feita ao capital social que no Brasil apresenta o pior indicador.

Tabela 5. Índice Anual de Corrupção da Transparency International

Países	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	Rank	Nota												
Dinamarca	2	9,32	2	9,33	1	9,94	1	10	1	10	2	9,8	2	9,5
Finlândia	4	9,12	4	9,05	2	9,48	2	9,6	2	9,8	1	10,0	1	9,9
Suécia	5	8,87	3	9,08	3	9,35	3	9,5	3	9,4	3	9,4	6	9,0
Islândia	--	--	--	--	--	--	5	9,3	4	9,2	4	9,1	4	9,2
Canadá	6	8,87	5	8,96	5	9,1	6	9,2	5	9,2	5	9,2	7	8,9
Holanda	9	8,69	9	8,71	6	9,03	8	9	6	9,1	8	8,9	8	8,7
Noruega	10	8,61	6	8,87	7	8,92	8	9	7	8,9	6	9,1	10	8,6
Suíça	8	8,76	8	8,76	11	8,61	10	8,9	8	8,9	10	8,6	12	8,4
Austrália	7	8,8	10	8,6	8	8,86	11	8,7	--	--	13	8,3	11	8,5
Reino Unido	12	8,57	12	8,44	14	8,22	11	8,7	--	8,6	9	8,7	13	8,3
Irlanda	11	8,57	11	8,45	12	8,28	14	8,2	--	--	19	7,2	18	7,5
Alemanha	13	8,14	13	8,27	13	8,23	15	7,9	--	--	--	--	--	--
Áustria	16	7,13	16	7,59	17	7,62	17	7,5	--	--	15	7,7	15	7,7
E.U.A.	15	7,79	15	7,66	16	7,61	17	7,5	--	7,5	14	7,8	16	7,6
Chile	14	7,94	21	6,8	23	6,05	20	6,8	--	6,9	18	7,4	18	7,5
França	17	7	19	6,96	20	6,66	21	6,7	--	--	21	6,7	23	6,7
Portugal	21	5,56	22	6,53	19	6,97	22	6,5	--	--	24	6,4	25	6,3
Espanha	24	4,35	32	4,31	24	5,9	23	6,1	--	--	20	7,0	22	7,0
Japão	19	6,72	17	7,05	21	6,57	25	5,8	--	6	23	6,4	21	7,1
Bélgica	18	6,85	20	6,84	26	5,25	28	5,4	--	--	25	6,1	24	6,6
África Sul	20	5,62	23	5,68	33	4,95	32	5,2	--	--	--	5,0	38	4,8
Itália	32	2,99	34	3,42	30	5,03	39	4,6	--	--	39	4,6	29	5,5
Coréia	25	4,29	27	5,02	34	4,29	43	4,2	--	--	48	4,0	42	4,2
BRASIL	36	2,7	40	2,96	36	3,56	46	4	45	4,1	49	3,9	46	4,0
Turquia	27	4,1	33	3,54	38	3,21	54	3,4	--	--	50	--	--	--
México	31	3,18	38	3,3	47	2,66	55	3,3	--	--	59	3,3	51	3,7
Argentina	30	3,24	35	3,41	41	2,81	61	3	--	3	52	3,5	57	3,5
Índia	34	2,78	46	2,63	45	2,75	66	2,9	--	--	69	2,8	71	2,7
Nigéria	--	--	54	0,69	52	1,76	81	1,9	--	1,6	90	1,2	90	1,0

Fonte: Transparência Internacional, [www.transparency.de](http://www.transparency.de).

Tabela 6. Brasil – Simulações de Ambiente Institucional de Países sobre PIBC – 1990

Países	Efeitos (\$)	Países	Efeitos (\$)
Nigéria	4875,96	Brasil	12916,23
Índia	5113,34	Canadá	22674,89
Turquia	5376,92	Dinamarca	23039,39
Argentina	13248,61	Finlândia	23107,74
Chile	10169,79	Noruega	23335,55
Portugal	16587,36	Suécia	22690,16
Espanha	14087,64	Áustria	19239,09
França	17604,77	Holanda	22481,25
Irlanda	18893,73	Austrália	20150,35
Itália	15268,17	Suíça	22481,25
Japão	18927,90	Reino Unido	18309,16
Coréia do Sul	8619,15	Eua	19189,89
México	10709,37	Bélgica	18736,08

IX Congresso Brasileiro de Custos – São Paulo, SP, Brasil, 13 a 15 de outubro de 2002

É quase certo que o Brasil jamais será um Canadá ou um país do Norte da Europa, dadas às especificidades destes. Todavia, tais dados servem pelo menos para mostrar que um ambiente institucional e um bom nível de capital social têm conseqüências mais evidentes e menos trágicas do que aquelas que tem acontecido, por exemplo, com a Argentina atualmente, e que podem por até em risco a democracia, por arrancar ela mesma, que é a principal instituição no combate a este fenômeno.

Países com piores distribuições de renda tiveram um comportamento expansivo por parte do setor público embora o coeficiente de impacto da distribuição de renda sobre o comportamento do setor público seja muito pequeno. Combinada com as variáveis Institucionais e de capital social, por exemplo, teria seu coeficiente de impacto reduzido ou ampliado em função desta combinação. Outrossim, regimes mais democráticos, à medida que possibilitam posições de descontentamento com a má utilização dos recursos públicos, tendem a diminuir o nível de burocracia da economia. Como era de esperar os países industrializados atingem performance elevada quanto a qualidade institucional, o que corrobora com as boas estimativas do modelo estrutural e seu elevado grau de precisão. Já países que devotam elevada conturbação político-institucional, como por exemplo, à Nigéria detém elevada chance de serem ineficientes e possuírem baixa qualidade institucional.

Esses resultados demonstram que um baixo nível de crescimento econômico implica necessariamente também em baixo nível de qualidade institucional.

### **Conclusões**

Ao longo desse trabalho sustentou-se que capital social, como um elemento institucional específico, pode explicar o atraso relativo de alguns países ou regiões. Em resumo: as instituições são importantes, instituições ruins restringiria as perspectivas de crescimento, no longo prazo, dos países e regiões, já o capital social seria o elo de ligação entre a desigualdade e o atraso econômico.

A hipótese de que qualidade institucional e crescimento econômico são faces de uma mesma moeda foi aceita satisfatoriamente neste artigo. Isso foi provado através da hipótese teórica, irrefutável na literatura econômica, de crescimento endógeno. Um dos exemplos mais citados na literatura refere-se a posição econômica relativa da Argentina, no passado e atualmente, aos países desenvolvidos. Até a II Guerra Mundial este país gozava de uma posição econômica bastante superior a países como, por exemplo, o Japão, e ao final do século a posição se reverte para uma posição bem inferior. Essa trajetória poderia ser explicada através da instabilidade política e desvalorização dos valores político-institucionais vivenciadas pela Argentina nas últimas décadas, enquanto no Japão ocorreu exatamente o contrário.

Das estimações e simulações pode-se inferir que a qualidade institucional afeta não apenas o nível de crescimento de longo prazo como também indica que o primeiro passo a ser efetivado em uma política de crescimento sustentável dá-se pela constituição de mecanismos eficazes de forma a garantir uma estrutura institucional capaz de prover os fatores causadores e mantenedores do crescimento de forma contínua.

Estimativas confiáveis permitiram previsões acuradas para vários países. No caso do Brasil, as estimativas demonstram que o país encontra-se a uma longa distância do estado institucional dos países desenvolvidos

Está claro também que capital social é um fator importante explicando variações nacionais atravessadas em crescimento econômico. Quando a variável está incorporada em um modelo de crescimento, é um predito altamente significativo de crescimento em um jogo diverso de países, e na presença de várias variáveis de controle. Além disso, estes resultados não são dependentes no fato que um país tem um governo democrático.

Capital social é em última instância como jogo de valores sociais. Esta pesquisa apóia a idéia, defendida por vários escritores que um conjunto de valores tem um papel chave para explicar as variações do desempenho econômico, e não pode ser ignorado em qualquer modelo adequado de crescimento econômico.

## Bibliografia

- o Congresso Brasileiro de Custos – São Paulo, SP, Brasil, 13 a 15 de outubro de 2002
- Ahmad S. 2001. *Dados do Worl Development Report*, Fornecidos pelo Development Data Group Da Vice Presidência de Economia do Desenvolvimento do World Bank.
- Alesina A. & Ferrara E. 2000. *Who Trusts Others?*. London, **2646**, Disponível Em: [Http://Post.Economics.Harvard.Edu/Faculty/Alesina/Pdf-Papers/Trustcepr.Pdf](http://Post.Economics.Harvard.Edu/Faculty/Alesina/Pdf-Papers/Trustcepr.Pdf)
- Arrow K. J. 2000. *Observations on Social Capital*. In: DASGUPTA, Partha, SERALGEDIN, Ismail. *Social Capital: A Multifaceted Perspective*. Washington, D.C: World Bank.
- Arraes R. & Telles V. 2000. *Eficiência, Corrupção e Crescimento Econômico*. Fortaleza: Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento: V Encontro Regional De Economia.
- Bandeira P. 1999. *Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional*. T. D., **630**, Brasília, IPEA.
- Barro R. 1989. *A Cross-Country Study of Growth, Saving and Government*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, **2855**.
- \_\_\_\_\_ 1990. *Government Spending in A Simple Model of Endogenous Growth*. Journal of Political Economy. V. 98 , **5**.
- Blanco F. 2001a. *O Comportamento Fiscal dos Estados Brasileiros e Seus Determinantes Políticos*. Revista da ANPEC , **1** .
- \_\_\_\_\_ 2001b. *Efeitos das Despesas Públicas dos Estados Sobre Indicadores Sócio-Econômicos Estaduais*. ANPEC - Encontro Nacional de Economia, Salvador-Ba.
- Canuto O. 2000. *Os Ingredientes - Capital Social é Apontado Como Elemento Chave No Desenvolvimento Econômico*. Publicado pelo Jornal o Estado De São Paulo, São Paulo.
- Clague C. 1997. *The New Institutional Economics and Economic Development*. In: Clague, Christopher (Ed.). *Institutions and Economic Development: Growth and Governance in Less Developed and Post-Socialist Countries*. Maryland: Johns Hopkins University, 12-37
- Coleman J. 1988. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Mass: Harvard University,
- \_\_\_\_\_ 1990. *Social Capital in the Creation of Human Capital*. *American Journal of Sociology*, **94**, (Supplement) S95-S120.
- Collier P. 1998. *Social Capital and Poverty*. Washington, DC: The World Bank (Mimeo).
- Easterly W. 1999. *"Life During Growth"* Journal of Economic Growth , **3**, 239-275.
- \_\_\_\_\_ 2000. *Can Institutions Resolve Ethnic Conflict?*. World Bank, February.
- Eichstädt A. 1999. *Social Capital, Poverty Reduction and "Gesellschaftsordnungspolitik"*. Paper To Be Presented At the "Workshop of the Workshop' 2 Conference, Held At IUB June, 9-13, Disponível Em: [Http://Www.Indiana.Edu/~Workshop/Wow2/Publications/Jun1199.Pdf](http://Www.Indiana.Edu/~Workshop/Wow2/Publications/Jun1199.Pdf)
- Evans P. 1996. *Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergy*. *World Development*, **24**, 1119-1132.
- Falk I. & Harrison L. 1998. *Indicators of Social Capital: Social Capital as the Product of Local Interactive Learning Processes*. Tasmania, World Bank.
- FGV. *Revista Conjuntura Econômica*. Varias Edições
- Fukuyama F. 1999. *Social Capital and Civil Society*. Mimeo. Trabalho Apresentado Na IMF Conference on Second Generation of Reforms.
- \_\_\_\_\_ 1996. *"Trust and Institutions: A Post-Election Analysis"* .U.S. Capitol Building, November 19.
- Grootaert C 1997. *"Social Capital: The Missing Link?" In: Expanding the Measure of Wealth: Indicators of Environmentally Sustainable Development*. Environmentally Sustainable Development Studies and Mono graphs, **7**, Washington, DC: World Bank.
- Inglehart R. 1999. *Post Modernization Brings Declining Respect for Authority But Rising Support for Democracy*. Forthcoming in Pippa Norris (Ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford University Press, Oxford.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Varias Edições.

- ICPSR 2001. *Inter-University Consortium for Political and Social Research*. Disponível Em: <http://www.icpsr.umich.edu>
- IX Congresso Brasileiro de Custos – São Paulo, SP, Brasil, 13 a 15 de outubro de 2002
- IPEA 2001. *Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas*. Brasília, Disponível Em: [Http://Www.Ipea.Gov.Br](http://www.ipea.gov.br).
- IUPERJ 2001. *Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro*. Disponível Em: [Http://Www.Iuperj.Br](http://www.iuperj.br).
- Knack S. 1999. *Social Capital, Growth and Poverty: A Survey of Cross-Country Evidence*. The World Bank Social Development Family Environmentally and Socially Sustainable Development Network .
- Knack S. & Keefer P. 1997. *Does Social Capital Have an Economic Payoff? A Cross-Country Investigation*. *Quarterly Journal of Economics*, **112**(4), 1251-1288.
- Lazzarini S. et all. 2000. *O Conceito de Capital Social e Aplicações Para Desenvolvimento e Estratégia Sustentável*. Preços Agrícolas.
- Lledo V. 1998. *Distribuição de Renda, Crescimento Endógeno e Política Fiscal Uma Análise Cross Section Para Estados Brasileiros*. T.D., **441**, IPEA.
- Lucas R.E. 1988. "On the Mechanics of Economic Development", *Journal of Monetary Economics*, **22**, 3-42.
- \_\_\_\_\_ 1990. "Why Doesn't Capital Flow From Rich to Poor Countries?" *American Economic Review*, **80**(2), 92-96.
- Mankiw G. et all. 1992. "A Contribution to the Empirics of Economic Growth", *Quarterly Journal of Economics*, **107**, 407-437.
- MME 2001. *Ministério das Minas e Energias*. Disponível Em: [Http://Www.Mme.Gov.Br](http://www.mme.gov.br).
- Monastério L. M. 2000a. *Capital Social E Economia: Antecedentes e Perspectivas*. Trabalho Apresentado no V Encontro de Economia Política, Fortaleza.
- \_\_\_\_\_ 2000b. *Capital Social E Crescimento Econômico: Mecanismos*. Trabalho Apresentado No III Encontro de Economia da Região Sul, Porto Alegre, ANPEC.
- \_\_\_\_\_ 1999. *Capital Social e Grupos de Interesse: Uma Reflexão no Âmbito da Economia Regional*. In: XXVII Encontro Nacional de Economia, Anais. Belém: ANPEC.
- \_\_\_\_\_ 2001. *Putnam no Pampa: Capital Social E A Metade Sul do Rio Grande do Sul*. Trabalho Apresentado no II Encontro da Sociedade Brasileira de Nova Economia Institucional. Unicamp, Campinas.
- \_\_\_\_\_ 1998. *Estagnação Econômica e Esclerose Institucional: As Abordagens de Olson e de Veblen*. Trabalho Apresentado no I Seminário Nacional de Nova Economia Institucional, São Paulo.
- Moraes A . C. 2000. *O Conceito de Eficiência na Nova Economia Institucional*. Trabalho Apresentado no III Encontro de Economia da Região Sul, Porto Alegre, ANPEC.
- Nascimento H. M. 2000. *Capital Social No Brasil: O Caso de Valente/ Bahia*. Mimeo.
- North D. 1990. *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. New York: Cambridge University.
- OECD 1996. *Employment Outlook*, Paris: OECD.
- Paldam M. & Svendsen, G. T. 1999. *Is Social Capital an Effective Smoke Condenser?: An Essay on A Concept Linking the Social Sciences*. May, **11**, World Bank.
- Peres F. 2000. *Capital Social: A Nova Estrela do Crescimento Econômico*. Preços Agrícolas.
- Pinheiro A . C. 1996. *Judicial System Performance and Economic Development*. Ensaios BNDES, **2**, Rio de Janeiro, BNDES.
- PNUD 2000. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. PNUD, CD-ROM.
- Putnam R. 2000. *Bowling Alone : The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.
- \_\_\_\_\_ 1996. *Comunidade E Democracia: A Experiência da Itália Moderna*. Rio De Janeiro, FGV.

- Rauch J. E. 1996. *Trade and Search: Social Capital, Sogo Shosha, and Spillovers*. Cambridge: NBER, 5618.
- IX Congresso Brasileiro de Custos – São Paulo, SP, Brasil, 13 a 15 de outubro de 2002
- Ritzen J. 2000. "Social Cohesion, Public Policy, and Economic Growth: Implications for OECD Countries," Keynote Address Presented At Symposium on the Contribution of Human and Social Capital To Sustained Economic Growth and Well Being, Quebec.
- Ritzen J. et al. 2001. *On "Good" Politicians and "Bad" Policies: Social Cohesion, Institutions, and Growth*. [Http://Worldbank.Com/Wbi/Governance/Pdf/Wps2448.Pdf](http://Worldbank.Com/Wbi/Governance/Pdf/Wps2448.Pdf).
- Romer P. 1986. *Increasing Returns and Long Run Growth*. *Journal of Political Economy*, 97.
- Santos W. G. 2001. *A Democracia e Seu Futuro no Brasil*; INAE, Disponível Em: [Http://Www.Inae.Org.Br/Publi/Ep/Ep0006.Pdf](http://Www.Inae.Org.Br/Publi/Ep/Ep0006.Pdf)
- Solow, R. 2000. *Notes on Social Capital and Economic Performance*. In: DASGUPTA, Partha, SERALGEDIN, Ismail. *Social Capital: A Multifaceted Perspective*. 6-12, Washington, D.C: World Bank.
- \_\_\_\_\_. 1956. *A Contribution To the Theory of Economic Growth*. QJE.
- Souza Filho, J. R. 1997. *Políticas Públicas e Participação Regional: O Caso dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul*. IPEA, Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Cooperação e Participação: Novas Formas de Gestão de Políticas Públicas Para o Desenvolvimento Regional*. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. 2001. *Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação*. Disponível em: <http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html>.
- STE 2001. Supremo Tribunal Eleitoral. Brasília. Disponível em: <http://www.ste.gov.br>.
- STN 2001. Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília, Disponível Em: <http://www.stn.fazenda.gov.br>.
- Summers R. & Heston A. 1995. "The Penn World Table, Version 5.6," Available From the National Bureau of Economic Research, Cambridge MA.. [Http://Pwt.Econ.Upenn.Edu/](http://Pwt.Econ.Upenn.Edu/)
- Telles V. 2000. *Endogeneidade Versus Exogeneidade Do Crescimento Econômico: Uma Análise Comparativa Entre Nordeste, Brasil e Países Desenvolvidos*. Fortaleza, UFC, 70p.
- Temple J. 2000. *Growth Effects of Education and Social Capital in the Oecd Countries*. 263, Paris, OECD.
- Whitely P. 2001. *Economic Growth and Social Capital*; Sheffield, Disponível Em: [Http://Www.Shef.Ac.Uk/Uni/Academic/N-Q/Perc/Polpaps/Pp6.Html](http://Www.Shef.Ac.Uk/Uni/Academic/N-Q/Perc/Polpaps/Pp6.Html).
- Williamsom 1993. *The Economic Analysis of Institutions and Organizations-In General and With Respect To Country Studies*." Economics Department, 133, Paris. OECD.
- Woolcock M. 2000a. *Using Social Capital: Getting the Social Relations Right in the Theory and Practice of Economic Development Princeton* .NJ: Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_. 2000b. "The Place of Social Capital in Understanding Social and Economic Outcomes." Paper Presented At Symposium on the Contribution of Human and Social Capital To Sustained Economic Growth and Well Being, Quebec, March 19-21.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Managing Risks, Shocks, and Opportunity in Developing Economies: The Role of Social Capital*. Washington, DC: World Bank, Mimeo.
- \_\_\_\_\_. 1998. "Social Capital and Economic Development: Toward A Theoretical Synthesis and Policy Framework", *Theory and Society*, 27, 151-208.
- World Bank 1998a. *The Initiative on Defining, Monitoring and Measuring Social Capital: Overview and Program Description*. *Social Capital Initiative*, 1, Washington, D.C: World Bank.
- \_\_\_\_\_. 1998b. *The Initiative on Defining, Monitoring and Measuring Social Capital: Text of Proposals Approved for Funding*. *Social Capital Initiative*, 2, Washington, D.C: World Bank.
- \_\_\_\_\_. 2001. *Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001 - Luta Contra a Pobreza*. Washington, D.C: World Bank, Disponível Em: [Http://Www.Worldbank.Org](http://Www.Worldbank.Org)

IX Congresso Brasileiro de Custos – São Paulo, SP, Brasil, 13 a 15 de outubro de 2002